



UMA CRIANÇA PARA CADA INFÂNCIA: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA MODERNA E CONTRIBUIÇÕES INTERDISCIPLINARES

Anderson Rafael Lima da Silva

Historiador, Mestrando em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj)

silvaarl.hist@gmail.com

Este artigo tem como objetivo refletir um pouco sobre a construção do conceito moderno de infância a partir, inicialmente, do seu surgimento com os estudos de Philippe Ariès e as discussões que esse “surgimento da infância” causou dentro do campo das ciências sociais, principalmente na Europa e EUA. Chegando no contemporâneo a partir da crescente expansão do campo de pesquisa, mais notadamente a partir de 1980 no Brasil, quais perspectivas são utilizadas e as contribuições possíveis a partir da interdisciplinaridade entre a história das infâncias, sociologia a infância e geografia da infância.

No Brasil, a partir da década de 1980 percebe-se uma ampliação no campo de estudos relacionados a infância(s), inicialmente essa temática foi foco de estudos das áreas de psicologia, medicina e pedagogia, passa então a ser campo de investigação para a geografia, antropologia, sociologia e história, esses últimos, a partir de uma fragmentação dos estudos relacionados a família ou ao surgimento da infância moderna, que inaugura um novo olhar sobre essa fase do desenvolvimento humano para a história.

Nesse processo também se observa a ampliação significativa dos assuntos pesquisados, as crianças em conflito com a lei, uma análise mais profunda do mundo das infâncias em situação de rua, estudos sobre as diferentes violências sofridas pelas crianças e principalmente a percepção da multiplicidade das experimentações das infâncias no Brasil, fugindo de uma ideia totalizante e generalista de infância e estudando com mais profundidade as infâncias do campo, ribeirinha, quilombolas, periféricas, LGBTQ, indígenas e ciganas.

Olhando para a história dos estudos da infância(s), autores como Del Priore (2004), Abramowicz e Moruzzi (2016), colocam o Historiador Medievalista Philippe



Ariès, com seu livro *História Social da Criança e da Família* (1978) como um trabalho pioneiro na concepção da infância. Neste trabalho, de maneira geral, o historiador traça um perfil da infância a partir do século XII utilizando-se de iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos. O resultado é a tese de que o sentimento de infância é uma invenção da modernidade a partir das transformações que ocorreram no mundo e principalmente na família, a partir do século XVII.

A partir dos estudos de Ariès, a infância passa a ser vista como uma possibilidade de análise histórica e assim um campo de pesquisa na história surge, com trabalhos, inicialmente focados na Europa e no EUA fazendo análises a partir das contribuições de Ariès. De fato, o trabalho mostra algumas fragilidades na metodologia utilizada, nas fontes consultadas e principalmente no caráter generalista que o autor propõe a se identificar o que é infância. Mas é importante salientar a grande contribuição do autor aos futuros trabalhos relacionados a infância.

Para o historiador Francês a noção de infância pode ser compreendida com um sentimento social/histórico, um acontecimento que faz com que a sociedade diferencie a criança do adulto, criando, produzindo e sobrepondo-se à criança maneiras específicas de se vestir, de se alimentar, de se estar entre os adultos, e maneiras específicas de cuidado e de educação promovidos pelos adultos para as crianças (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p. 25-26).

Para isso, Ariès se voltou para uma análise de duas instituições que, no período moderno, ganham importância e notoriedade para a construção de uma sociedade. Primeiramente a educação, que é pensada para controle da infância, a escola, como instituição, se constitui como fundamental para a separação da criança do mundo adulto. Iniciando a criação de toda uma gama de normas e condutas que seriam exercidas para esse grupo distintamente do adulto. A Educação trabalhada por Ariès também conota uma certa dualidade pois o autor não se lança a uma análise profunda da importância da Educação para a própria construção da infância moderna, não podendo distinguir se a Educação é causa ou consequência deste processo. A partir da chegada da educação como mecanismo de separação entre o mundo infantil e adulto, a família, segundo elemento



observado pelo autor, sofre grandes transformações com o surgimento do sentimento da infância, onde antes, não havia o cuidado com "os de pouca idade" agora a relação entre pais e filhos se transforma, e os papéis sociais dentro da família também sofrem transformações. O pai provedor, a mãe cuidadora do lar e com a responsabilidade de transmissão dos valores éticos e morais para as crianças. se tornam o núcleo da família moderna burguesa.

A partir dos estudos de Ariès, muitos pesquisadores começam a perceber e estudar a infância na história e a partir da ampliação dos estudos, algumas teses levantadas por Ariès são questionadas por outros pesquisadores. As análises levantadas pelo autor das iconografias, são contestadas, pois tem caráter generalista na observação das mudanças em relação a infância na modernidade, negligenciando a possibilidade de que as mudança iconográficas ocorrias fossem de ordem estética no campo da arte e não necessariamente de uma mudança no comportamento social dos que são retratados, além de que, só eram pintados, membros das classes mais abastardas, que leva a uma olhar muito específico do período. Outro questionamento se deve ao fato da utilização, como fonte, do diário do médico do rei Luís XIII, uma criança excepcional, criada com todo o luxo e o requinte que um ambiente monárquico poderia fornecer, não poderia ser utilizada como exemplo de comportamento e transformações generalistas da infância na modernidade, sem deixar de observar a extrema excepcionalidade de sua vida. O surgimento da educação e as transformações sociais ocorridas na família, podem também ser consideradas como consequências do surgimento desse sentimento da infância na sociedade moderna e não necessariamente as causas do surgimento, algo que é pouco trabalhado pelo autor, mostrando não ser foco de seu interesse, já que suas pesquisas eram no campo da família.

Alguns autores começam a se debruçar a pensar sobre a infância, seu surgimento, suas percepções, alargando as possibilidades de interpretação e possibilitando análises mais profundas sobre esse período tão singular. O historiador Douglas Braga, faz um balanço historiográfico bastante profundo sobre a infância como objeto da história, ao trabalhar autores europeus e norte-americanos que, a partir da pesquisa do Ariès, começam a discutir outras visões do surgimento da infância e suas possibilidades de análise.



Para o filósofo norte-americano David Archard, julgar que antes do mundo moderno não havia um conceito de infância é uma imprecisão histórica de Ariès. As sociedades do passado poderiam não ter uma concepção moderna de infância, o que não as coloca como sociedades que não pensavam nas crianças diferentes dos adultos, elas poderiam simplesmente ter maneiras distintas da moderna de se pensar esse período, e segue adiante ao diferenciar concepção e conceito de infância, distinção essa não trabalhada por Ariès.

[...], é possível que todas as sociedades tenham tido um conceito de infância, uma ideia geral sobre esse período, mas existiram diversas concepções de infância. O conceito de infância, na sua perspectiva, requer que as crianças sejam distinguidas dos adultos a partir de um conjunto não especificado de atributos. Já a concepção de infância seria a especificação destes atributos. (BRAGA, 2016, p. 22).

Na percepção de Archard, todas as sociedades construíram e pensaram um conceito de infância, que na sua percepção, seria o reconhecimento da particularidade do indivíduo distinto do adulto, entretanto as concepções, ou seja, os atributos que diferenciariam um indivíduo do outro, teriam variado entre culturas. A duração da infância, as dimensões legais que distinguem criança dos adultos e as próprias divisões internas do período (bebê, primeira infância...) são fatores que podem sofrer grandes variações entre culturas.

A historiadora Michelle Perrot, traz uma contribuição muito importante para os estudos da infância, quando a analisa a partir de uma ótica da infância como objeto de intervenção. Seus estudos se dão a partir das fontes francesas do século XIX, onde é perceptível a mudança no papel do filho dentro da família, ocupando um espaço de maior importância, uma posição central, sendo a partir disso um objeto que começa a receber investimentos, desde afeto até econômico e educacional. O Estado, começa a enxergar na criança o futuro da nação, um futuro cidadão, e então surgem uma gama de interessados em intervir sobre esses sujeitos: filantropos, médicos, estadistas, sempre com o objetivo de proteger, educar e disciplinar a criança.



Tanto a infância como a adolescência começam a ser percebidas na pesquisa da autora, principalmente nos elementos de intervenção. "as primeiras leis de cunho social, tiveram como objetivo as crianças, implantando, por exemplo, a limitação de tempo de trabalho nas fábricas" (BRAGA, 2016, p. 27). Mesmo essas medidas não sendo efetivas, mostra o interesse nessa parcela da população, com alcance simbólico e jurídico considerável. Importante perceber que essas pautas não eram levantadas apenas pelo Estado, sindicatos de trabalhadores também se articulavam para intervir na infância principalmente relacionada ao trabalho. A adolescência também era vista com preocupação, mostrando então já uma divisão interna, estabelecendo concepções de infância e adolescência.

a adolescência, além de um perigo para os próprios indivíduos, era também um perigo para a sociedade, tornando-se frequente na época a imagem do adolescente criminoso. Internatos e pensionatos foram constantemente criticados, sendo apontados como responsáveis pela masturbação e práticas homossexuais. (BRAGA, 2016, p. 27).

O que nos faz perceber que dentro de uma mesma cultura pode-se ter múltiplas concepções de infância e que uma infância generalista, focada numa estrutura de família burguesa e da alta realeza levantada por Ariès, não é precisa historicamente, pois ao ampliar o campo de observação e de análise das fontes, começasse a identificar tratamentos diferentes a infância de uma família burguesa de uma família de trabalhadores. Apesar de viverem uma infância, as concepções dessas são distintas e elas são alvos de agências de terceiros de maneira completamente diferentes, nos levando a uma compreensão de múltiplas infâncias, que precisam ser analisadas distintamente, fugindo de uma ótica generalista que acaba silenciando outras vivências do ter infância.

ESTUDAR AS MÚLTIPLAS INFÂNCIAS NO CONTEMPORÂNEO

A partir dos estudos da história, mostrando como se deu em diferentes culturas o entendimento do que é infância e o que é ser criança, o contemporâneo nos instiga a



pensar em como estudar essas múltiplas infâncias a partir de novos paradigmas das ciências sociais, com o campo da sociologia da infância, que abre um leque imenso a partir de uma ótica multidisciplinar de se pensar as múltiplas infâncias e o que é ser criança na nossa sociedade. A sociologia da infância surgiu a partir dos estudos da sociologia da família no Brasil a partir da década de 80 sempre trazendo a antropologia da infância, geografia da infância, história das infâncias, para assim compor um campo multidisciplinar para os estudos das infâncias, questionando e sendo questionada no modo de se fazer ciência quando estudando sobre infâncias e com crianças.

O primeiro ponto de ruptura é com o paradigma tradicional de infância como fase natural e universal da vida das crianças. Colocando-as como ser passivo dessa fase, como a própria concepção de aluno iluminista, como ser sem luz, um recipiente que precisa ser completado pelos adultos. Os novos estudos sobre as infâncias nos colocam de frente com uma infância de pensamento crítico, uma criança que se constrói a partir da infância e constrói a infância a partir da sua agencia.

[...] nossa perspectiva é pensar de que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância, quando ela se apresenta como um dispositivo fabricado e, de certa maneira, garantidor de um funcionamento da sociedade. (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p. 34).

Ao pensar na criança que interroga a infância, automaticamente é colocada sobre ela um poder de agente, a infância como uma construção social que age sobre a criança, porém é também interferida, moldada, interrogada por essa criança. Nesse sentido se constrói uma noção de criança-ator.

[...] o princípio da criança-ator incita a se passar da visão determinista que coloca a ênfase nos fatores estruturais que pesam sobre a ação social para a análise da capacidade de ação (*agency*) da criança, enquanto que o princípio da construção social da infância questiona a ideia desta como categoria definida simplesmente pela biologia e passa a entender seu significado como variável do ponto de vista histórico, cultural e social e sempre sujeito a um



processo de negociação tanto na esfera pública quanto na privada. (MARCHI, 2009, p. 228).

A partir dessa concepção de uma criança-ator, algumas questões se tornam comuns nas abordagens a partir da sociologia da infância. Descolonizar a abordagem da criança, trazendo concepções mais recentes e que dialogam mais com os nossos tempos; se contrapor ao modelo clássico de se pensar a infância como um grupo de idade de cultura própria e desconstruir o modelo determinista de infância como algo geral.

Outro ponto fundamental de se perceber é que a infância é uma construção social, produzida no interior de uma série de mecanismos de controle, normas, leis, medidas, pressupostos filosóficos, teológicos, jurídicos e pedagógicos e psicológicos. Ou seja, há na infância uma anterioridade do adulto sobre a criança, que é modelada e ingerida a partir de sua imagem, a imagem que o adulto projeta na infância. A infância surge com o objetivo de modelar a criança, quem a cria é o adulto, que a pensa e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. "a criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, por isto também, prisioneira política" (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2016, p. 34).

Neste sentido a infância é um dispositivo de poder e a própria criança na sua subjetividade resiste e interroga o dispositivo da infância, sendo moldada e moldando a própria infância, pois ao se pensar numa criança-ator é pensar em uma criança que sente, entende, projeta e molda o seu meio.

RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO E O INDIVÍDUO: CONTRIBUIÇÕES PARA ENTENDER AS MÚLTIPLAS INFÂNCIAS

O mundo encontrava-se em plena transformação política e social na metade do século XX, a Europa fragilizada e destruída após o fim da Segunda Guerra Mundial, que durante 6 anos deixou entre 50 – 70 milhões de mortes, famílias desestruturadas, um exército de crianças órfãos e milhares de cidades completamente destruídas. Foi então, a



partir do processo de reconstrução das cidades europeias pós Segunda Guerra que surgiu a Psicologia Ambiental.

Com a implementação de programas habitacionais de larga escala, no quadro da política de reconstrução do pós-guerra, os arquitetos e planejadores urbanos, juntamente com os cientistas do comportamento, se conscientizaram de que o ambiente construído deveria refletir não somente princípios de construção e estética, mas também outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos futuros ocupantes (CANTER; CRAK, 1981 apud (MELO, 1991, p. 85).

Inicialmente a nomenclatura utilizada para o estudo desse emergente ramo da Psicologia, se chamava "Psicologia da Arquitetura", ancorada a partir da necessidade dos arquitetos de entenderem as principais necessidades dos ocupantes das grandes obras públicas ligadas diretamente com a reconstrução das cidades, já que o então cliente era o Estado e seus Cidadãos, algo que não era comum à época. É importante observar que enquanto os arquitetos possuem uma visão bastante determinista da relação entre homem e meio ambiente, colocando a centralidade no ambiente em detrimento do comportamento humano, a atenção dos psicólogos em observar essa relação se coloca numa ideia de observar inicialmente o homem e em como ele se comporta a partir do tipo de lugar que ele ocupa.

Seus interesses se voltam para as descobertas e análises de regas ambientais e sociais, papéis ocupacionais, objetivos e intenções dos usuários de um determinado ambiente, função do local, atividade x ambiente, etc. E é a partir de estudos básicos como estes que vai se criando o embasamento teórico necessário para qualquer disciplina. (MELO, 1991, p. 87).

O surgimento da Psicologia Ambiental está diretamente ligada a necessidade de entender como o homem se relaciona com novos espaços, pensados a partir de uma nova lógica social e espacial, no contexto pós guerra, pensar em ambientes apropriados a



necessidades da população desabrigada europeia e a psicologia pensando em como essa mesma população se comporta e intervém nesses mesmos espaços.

A Geografia da Infância nasce, como campo de pesquisa, a partir da década de 1970, com o foco em entender as crianças e suas espacialidades, ou seja, pensar o espaço, mas focado no mundo das infâncias. Esse campo nasce a partir de uma crítica aos estudos puramente estatísticos na Geografia, que já não davam conta das questões emergentes, ao racionalismo positivista que era campo majoritário dentro da Geografia. O campo da Geografia da Infância emerge da Geografia Humanista, que busca entender a representação e percepção do espaço por indivíduos, levando em consideração seus aspectos únicos e singulares, porém também entendendo que a pesar de singular, partilha de uma sociabilidade, de grupos sociais que são mais amplos e possuem características que o identificam como grupo.

A Geografia Humanista reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. [...] procura um entendimento do mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p. 143).

Pensar sobre o espaço e o lugar e sua relação com os indivíduos são os pressupostos da Geografia Humanística, onde não se pode mais ignorar qualquer entendimento que possa olhar as complexidades do relacionamento entre o homem e a terra. Esses pressupostos possibilitou o surgimento de uma área da Geografia que pense esse lugar e espaço especificamente no mundo das infâncias.

analisar como esses dois campos de pesquisa podem dialogar, primeiramente é entender que os articulam é a ideia de entender a relação entre o Espaço e o Indivíduo, na psicologia ambiental, qualquer indivíduo, na Geografia da Infância, o foco é nas múltiplas infâncias. Logo surge a necessidade de entender como esses campos pensam metodologicamente esses espaços.

Os dois campos de pesquisa nascem em um berço multidisciplinar, recebendo contribuições de outras disciplinas como: Psicologia, Geografia Humana, Sociologia,



Antropologia, História e Arquitetura. Especificamente a Geografia da Infância, por focar em uma categoria geracional, recebe influências de outros estudos voltados para o mundo das infâncias como a sociologia da infância e a história das infâncias. Campos do conhecimento que se especificaram no estudo da múltiplas Infâncias.

A partir disso, é importante explicitar que concepção de infância é entendida pela Geografia da Infância, que não necessariamente dialogará diretamente com a Psicologia Ambiental pois ela pensa o indivíduo universalizado, apesar de que pode-se utilizar metodologicamente a psicologia ambiental para se pensar a infância como categoria. A consolidação do campo da Geografia da Infância no Brasil se dá a partir de um entendimento de infância como construção social, fugindo de um entendimento mais universalista de infância como período de transição para a vida adulta. Como construção social a infância passa a ser entendida na sua pluralidade, a partir dos recortes sociais em que ela está inserida, gênero, classe social, etnia, entre outros. São seres protagonistas, possuem vontade e desejos próprios, são influenciados e influenciam o espaço, são motores econômicos e sociais e precisam ser entendidos, compreendidos e estudados de maneira particular.

Essas concepções de infância, pensadas inicialmente dentro do campo da Geografia Humanística, também trazem referências aos estudos da Psicologia Cognitiva de Piaget, a partir da ideia de construção da noção espacial da criança em um processo linear organizado por etapas. Estudos esses pioneiros na ampliação da compreensão sobre como as crianças vivem, entendem e representam os espaços, trazendo pioneiramente a ideia de crianças com lógicas próprias e diferentes do mundo adulto, para lidar consigo, com o outro e com o mundo. Já a Geografia da Infância no Brasil

Assume o diálogo com os referenciais da perspectiva histórico-cultural de Vigotski e demais colaboradores. Especialmente ao abordar a unidade entre meio e desenvolvimento humano, Vigotski acaba por nos convidar a olhar o espaço geográfico para muito além de palco ou superfície das ações humanas, mas, efetivamente, como instância constituinte do desenvolvimento humano (LOPES; COSTA, 2017, p. 4).



A partir desses pressupostos, os estudos voltados para as infâncias e os seus espaços de convívio e atuação se baseiam em dois argumentos centrais. O primeiro coloca as crianças como sujeitos ativos, que possuem vontades e necessidades próprias e a partir disso produzem espaços, ressignificam, interferem e são interferidos. O segundo ver no espaço geográfico, um fator imprescindível para a compreensão das crianças e de como elas vivem as diferentes infâncias, pois são constituintes e constituídas por esses espaços.

Para a Psicologia Ambiental pressupõe que o homem para além de possuir uma existência social, também possui uma existência física, ou seja, ele ocupa um espaço, espaço esse que exige vários fatores que foram pensados a partir dessa existência. Porém,

Quando pretendemos estudar a interação do homem com o meio ambiente devemos sempre levar em consideração a atividade na qual o indivíduo está envolvido e o seu papel no exercício dessa atividade, pois acreditamos que o indivíduo está em algum lugar não por acaso, mas porque tem algum objetivo/meta a cumprir. Além disso devemos considerar o tipo de interação desse indivíduo com os que estão a sua volta, caso seja de nosso interesse estudar o indivíduo num ambiente particular. Isso significa que o ambiente tem grande impacto sobre o processo social, e por isso mesmo ele nunca pode ser menosprezado. (MELO, 1991, p. 4).

Podemos pensar então, várias temáticas a partir do olhar da relação entre o espaço e o indivíduo. Quando nos deparamos com a situação de adolescentes em restrição de liberdade, não podemos deixar de lado os fatores que o espaço impõe sobre esses corpos e essas vidas. Uma sociedade que nega direitos, espaços sociais de segregação e de falta de condições mínimas de sobrevivência, joga sobre esses adolescentes uma escolha que muitas vezes já está condicionada pelo seu espaço de sociabilidade.

Pensar também sobre a busca da identidade, do Eu, na adolescência, vivendo uma angústia do rompimento da infância com o caminhar para a vida adulta, sendo colocado no papel de tomada de importantes decisões e grandes pressões. Fase de se viver pela oposição das normas vigentes e de viver os espaços, é a construção da independência do sujeito.



Somado as pressões da sociedade, as condições de pobreza extrema, os contextos de violação de direitos, a fragilidade das políticas públicas de proteção e o uso de drogas, têm sido apontados como facilitadores do envolvimento dos adolescentes com as práticas infracionais e consequentemente fazendo esse adolescente estabelecer uma relação com o Sistema Socioeducativo (SILVA, 2019, p. 2).

Senso assim, se torna imprescindível, para entender essa adolescência, na sua grande maioria marginalizada, que tem direitos negados, são jogados para viver em ambientes insalubres e com altas taxas de criminalidade, perceber como esse espaço se constrói e é construído por eles. A cidade em que eles se localizam e circulam diz muito sobre sua trajetória, a importância de se pensar essa relação entre espaço e indivíduo que tanto a Psicologia Ambiental quanto a Geografia da Infância, pensam, se faz necessária para um olhar mais aprofundado e atento aos comportamentos e desenvolvimentos dos indivíduos em sociedade.

CONCLUSÃO

É fundamental entender a história como uma ciência viva, em constantes reformulação e revisionismo, o que torna uma ciência necessária e presente na construção social e política. No campo da História das Infâncias seria diferente, percebermos nessa breve discussão como foi e é construído conceitos e concepções sobre infância(s) e suas contribuições para a historiografia, desde a inauguração desse campo historiográfico com Philippe Ariès, até a construção de diálogos com outras áreas de conhecimento como a Psicologia, Antropologia, Geografia e Sociologia. A História das Infâncias se define como uma área transdisciplinar dentro da historiografia, desde seus primeiros trabalhos no Brasil a partir da década de 1980.

O entendimento das múltiplas infâncias, a disparidade no tratamento a esse público desde o surgimento da concepção moderna, entendendo seus fatores e práticas, foram determinantes para o avanço, não só de trabalhos acadêmicos, como também de políticas



públicas e de enfrentamento a negação de direitos. Perceber como o espaço é determinante para se ter/viver infância, com as pesquisas do campo da Geografia da Infância, permite um olhar muito mais profundo sobre temáticas de relevância social importante para o debate público como: crianças em situação de trabalho, crianças em situação de rua, vulneráveis e etc.. O avanço das percepções do próprio campo foram alargando as possibilidades de análise e permitindo contribuições acadêmicas mais efetivas socialmente. Percebendo o papel do pesquisador não só ligado a academia, mas em diálogo constante com a sociedade, fator preponderante deste campo historiográfico.

Por tratar majoritariamente com sujeitos que tiveram direitos violados historicamente, o campo das infâncias tem uma ligação direta com o que chamados de “relevância social” das pesquisas. Dialogando com movimentos sociais e utilizando da história para pensar em estratégias para o presente, tendo compromisso na garantia de direitos de crianças e adolescentes, não negligenciando do seu papel nesta demanda social de extra urgência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea B.. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 2, p. 25-37, Jul/Dez 2016. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/94>. Acesso em: 7 out. 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

ARROYO, Miguel C.. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange E. dos (Org) et al. **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Alagoas: Edufal, 2019. cap. 01, p. 27-57.



BRAGA, Douglas de A. R.. A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. **Angelus Novus**, São Paulo, v. 1, n. 210, p. 15-40, 16 Dez 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>. Acesso em: 27 set. 2019.

CASTRO, Lucia Rabello de. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Minas Gerais, v. 8, n. 11, p. 47-58, 06 Out 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/134>. Acesso em: 9 set. 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, maio/ago 2013. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/915/716>. Acesso em: 5 nov. 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das Crianças, Geografias das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e sua infância. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 65-82, jan-jun 2008. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1052>. Acesso em: 7 nov. 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira; COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. Geografia da infância: Onde Encontramos as Crianças?. **ACTA Geografia**, Boa Vista, p. 101-118, 2017. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4774/2417>. Acesso em: 7 nov. 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, maio-ago 2018. Disponível em:



<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30546/17256>. Acesso em: 7 nov. 2019.

MARCHI, Rita. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 227-246, Jan/Abr 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8467>. Acesso em: 8 out. 2019.

MELO, Roseane Gabriele C. de. Psicologia Ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicologia-USP**, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34445/37183>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PIAGET, J; INHELDER, B. **A Representação do espaço na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PINHEIRO, José Queiroz. O lugar e o papel da Psicologia Ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 103-113, 2005.

PRIORE, Mary del. **História da Infância no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANCHEZ, Euclides. A Psicologia Ambiental e suas possibilidades de interdisciplinaridade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 16, p. 195-206, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n3/v16n3a10.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, Romero José da. **DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**. Recife, 2019. 09 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 1. ed. São Paulo: Difel, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA

HISTÓRIA E MÍDIAS: NARRATIVAS EM DISPUTA

DE 15 A 18 DE SETEMBRO

#EVENTOONLINE

APOIO

